

PROCESSO TCE N° 124.306

ENTIDADE: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM, referente ao exercício de 2016

RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

ACÓRDÃO Nº 11.966/2020

PLENÁRIO

Ementa: Prestação de Contas Anual. Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM. Exercício de 2016. Apuração de impropriedades que configuram graves infringências às normas constitucionais e legais. Irregularidade das Contas. Aplicação de multas. Notificação. Abertura de Processos Autônomos. Cientificação. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) Pela Irregularidade** das Contas da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM, exercício financeiro e orçamentário de 2016, de responsabilidade da Senhora **Karla Kristina Oliveira Martins**, Diretora-Presidente no período, com fundamento nas alíneas “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em face das irregularidades descritas nos itens 1 a 13, desta decisão; **2) Pela aplicação de multa** à Senhora **Karla Kristina Oliveira Martins**, Diretora-Presidente da FEM no período, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 14.280,00** (quatorze mil duzentos e oitenta reais), em decorrência das inúmeras falhas apuradas, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Estado do Acre, de tudo dando ciência a esse Tribunal de Contas; **3) Pela aplicação de multa** à Senhora **Gabriela Silva de Souza**, responsável contábil da FEM no período, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), em decorrência das graves infringências às normas legais descritas nos itens 2 e 3 do Voto, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Estado do Acre, de tudo dando

ciência a esse Tribunal de Contas; **4) Pela aplicação de multa** à Senhora **Maria Auxiliadora Vasconcelos Silva**, responsável pelo Controle Interno da FEM no período, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), em decorrência das graves infringências às normas legais descritas nos itens 2 e 3 do Voto, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Estado do Acre, de tudo dando ciência a esse Tribunal de Contas; **5) Pela aplicação de multa** à Senhora **Hellem Cristina Barroso Lima**, responsável contábil da FEM no período, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), em decorrência da grave infringência à norma legal descrita no item 1 do Voto, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Estado do Acre, de tudo dando ciência a esse Tribunal de Contas; **6) Pela notificação** do atual ocupante do cargo de Diretor-Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM, para que instaure imediatamente **Tomada de Contas Especial** para apuração dos fatos e identificação dos responsáveis das ocorrências relatadas nos **itens 12 e 13** deste Voto, devendo ser encaminhado a este Tribunal **no prazo de 90 (noventa) dias** o resultado da apuração, sob pena de responsabilidade solidária, nos termos do artigo 44, caput e §1º, da LCE nº 38/1993; **7) Pela abertura de processos autônomos** para apurar a legalidade e regularidade das execuções dos Contratos nºs. **78/2014**, da FEM e quem tem como objeto a locação do imóvel denominado “Casa Chico Mendes”, situado no Município de Xapuri/AC, conforme exposto no item 2.8, do Relatório Técnico (fl. 10.208); **65/2014**, da FEM e que tem como objeto serviços de reforma do Museu e Memorial José Augusto e Teatro José de Alencar, localizados no Município de Cruzeiro do Sul/AC, conforme exposto no item 2.11, do Relatório Técnico (fl. 10.210) e; **27/2014** da FEM e que tem como objeto a locação de um imóvel para funcionamento da Casa da Leitura da Gameleira, no Município de Rio Branco/AC, conforme exposto no item 2.11 do Relatório Técnico (fl. 10.210); **8) Para dar conhecimento** dos fatos apurados ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, à Assembleia Legislativa do Estado do Acre e ao Ministério Público do Estado do Acre para as providências que entenderem cabíveis e; **9) Pelo arquivamento dos autos** quanto ao dano apurado de baixa materialidade/pequena monta, com base nos princípios da razoabilidade, do devido

processo legal, da eficiência, e considerando, ainda, a racionalização administrativa e a economia processual. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** integral dos autos. **Ausentes**, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria** e **Antonio Jorge Malheiro**.

Rio Branco – Acre, 09 de julho de 2020.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO

Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 124.306

ENTIDADE: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM, referente ao exercício de 2016

RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

RELATÓRIO

1. Trata o presente processo da Prestação de Contas da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM, exercício de 2016, de responsabilidade da Senhora **Karla Kristina Oliveira Martins**, Diretora-Presidente no período, **encaminhada** a esse Tribunal de Contas por meio eletrônico no dia 02/05/2017, portanto, **dentro do prazo** regulamentado no art. 2º, §2º, inciso II, alínea “h”, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

2. Por meio do Relatório Preliminar de Análise Técnica às fls. 10.081/10.126, a DAFO/3ª IGCE analisou a documentação encaminhada e ao final sugeriu a audiência da responsável, Senhora **Karla Kristina Oliveira Martins**, das responsáveis contábeis à época, Senhoras **Hellem Cristina Barroso Lima** e **Gabriela Silva de Souza**, bem como da responsável pelo Controle Interno à época, Sra. **Maria Auxiliadora Vasconcelos Silva** para apresentarem defesa em relação as seguintes irregularidades: **2.1.** Demonstrativo de recursos recebidos divergente do Portal da Transparência do Governo Federal (itens 3.2.1 e 11 do Relatório), em desatendimento ao art. 1º, caput, da Resolução TCE/AC nº 87/2013; **2.2.** Ausência de registro da despesa com pessoal próprio na contabilidade da Entidade (item 3.2.2 do Relatório), em desatendimento ao art. 89, da Lei Federal nº 4.320/1964; **2.3.** Divergência entre os valores constantes no Balanço Financeiro e no Demonstrativo de recursos recebidos (item 4.1 do Relatório), em desatendimento ao art. 1º, caput, da Resolução TCE/AC nº 87/2013; **2.4.** Não envio do Relatório Analítico de Bens Imóveis (item 5.2 do Relatório), em desatendimento ao art. 2º, caput, da Resolução TCE/AC nº 87/2013;

2.5. Divergência entre os valores constantes no Balanço Patrimonial e no Resumo de Movimentação Mensal do Almoxarifado (item 5.2 do Relatório), em desatendimento ao art. 1º, caput, da Resolução TCE/AC nº 87/2013; **2.6.** Montante de R\$ 866,30 referente a IRRF e INSS não pagos, verificados desde a PC de 2013 da Entidade (item 5.4.2 do Relatório), em desatendimento ao art. 7º da Lei Federal nº 7.713/1988 e art. 168-A do Decreto-Lei nº 2.848/1940; **2.7.** Falta de designação de fiscal do Contrato nº 78/2014 (item 6.1.1 do Relatório), em desatendimento ao art. 67, Lei Federal nº 8.666/1993; **2.8.** Não encaminhamento do título de propriedade do imóvel objeto da locação prevista no Contrato nº 78/2014 (item 6.1.1 do Relatório), em desatendimento ao art. 16 da Resolução TCE/AC nº 87/2013; **2.9.** Falta de justificativa para o Terceiro Aditivo ao Contrato nº 016/2014 (item 6.1.3 do Relatório), em desatendimento ao art. 57, Lei Federal nº 8.666/1993; **2.10.** Falta de justificativa para o Quarto Aditivo ao Contrato nº 094/2013 (item 6.1.4 do Relatório), em desatendimento ao art. 57, Lei Federal nº 8.666/1993; **2.11.** Despesas de Exercícios Anteriores não processadas corretamente (itens 7 e 7.1 a 7.9 do Relatório), em desatendimento à Instrução Normativa PGE nº 001/2010; **2.12.** Divergência entre os empenhos encaminhados e o Demonstrativo de Obras Contratadas (item 8 do Relatório), em desatendimento ao art. 1º, caput, da Resolução TCE/AC nº 87/2013; **2.13.** Divergência entre as informações contidas no Demonstrativo das Diárias e empenhos encaminhados (item 9.1 do Relatório), em desatendimento ao art. 1º, caput, da Resolução TCE/AC nº 87/2013; **2.14.** Divergência entre as informações contidas no Demonstrativo dos Recursos Concedidos e empenhos encaminhados (item 10 do Relatório), em desatendimento ao art. 1º, caput, da Resolução TCE/AC nº 87/2013; **2.15.** Ausência da comprovação do saldo final da Poupança da Conta 66.353-3, Agência 0071-X, do Banco do Brasil (item 10.1 do Relatório), em desatendimento ao art. 47, I, do Decreto Estadual nº 3.024/2011; **2.16.** Ausência de explicação da despesa que foi paga com o cheque nº 850507, no montante de R\$ 4.743,31, no âmbito do Convênio nº 01/2016 (item 10.1 do Relatório), em desatendimento ao art. 47, I, do Decreto Estadual nº 3.024/2011; **2.17.** Despesas pagas com os cheques nº 850506 e nº 850507 após o encerramento da vigência do Convênio nº 01/2016 (item 10.1 do Relatório), em desatendimento ao art. 35, VI, do Decreto Estadual nº 3.024/2011; **2.18.** Pagamento indevido de taxas bancárias no montante de R\$ 496,15,

no âmbito do Convênio nº 01/2016 (item 10.1 do Relatório), em desatendimento ao art. 35, VII, do Decreto Estadual nº 3.024/2011 e; **2.19.** Atraso na solicitação da prestação de contas do Convênio nº 01/2016 (item 10.1 do Relatório), em desatendimento ao art. 49, § 1º, do Decreto Estadual nº 3.024/2011.

3. Devidamente citadas (fl. 10.129), a Senhora **Karla Kristina Oliveira Martins** apresentou, inicialmente, pedido de dilação de prazo, o que lhe foi deferido. Em seguida, apresentaram, de forma conjunta e tempestiva, a Defesa com documentos de fls. 10.143/10.194.

4. Instada a se manifestar sobre a defesa apresentada, a DAFO/3ª IGCE elaborou o Relatório Conclusivo de Análise Técnica às fls. 10.201/10.221.

5. Por seu turno, o Ministério Público junto a este TCE manifestou-se às fls. 10.235/10.236 dos autos, em pronunciamento do Ilustre Senhor Procurador, Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira.

6. Na forma regimental, o processo veio-me por distribuição (fl. 02).

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 09 de julho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

PROCESSO TCE N° 124.306

ENTIDADE: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM, referente ao exercício de 2016

RESPONSÁVEL: Karla Kristina Oliveira Martins

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS (Relator):

Trata o presente processo da Prestação de Contas da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM, exercício de 2016, de responsabilidade da Senhora **Karla Kristina Oliveira Martins**, Diretora-Presidente no período, **encaminhada** a esse Tribunal de Contas por meio eletrônico no dia 02/05/2017, portanto, **dentro do prazo** regulamentado no art. 2º, §2º, inciso II, alínea "h", da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

A análise técnica preliminar realizada pela DAFO/3ªIGCE constatou às inconformidades anteriormente relatadas, razão pela qual foi determinada a citação da Diretora-Presidente, Senhora **Karla Kristina Oliveira Martins**, das responsáveis contábeis à época, Senhoras **Hellem Cristina Barroso Lima** e **Gabriela Silva de Souza**, bem como da responsável pelo Controle Interno à época, Sra. **Maria Auxiliadora Vasconcelos Silva** para que apresentassem justificativas acerca das irregularidades detectadas.

Em seguida, apresentaram a defesa com documentos às 10.143/10.194, por meio de advogado regularmente constituído, que foi analisada pela DAFO/3ªIGCE por meio do Relatório Conclusivo de Análise Técnica às fls. 10.201/10.221, concluindo que os argumentos e documentos apresentados pelos defendentes não foram suficientes para sanar todas as constatações da instrução inicial, razão pela qual se

propôs que sejam julgadas irregulares as contas, com imputação de multas, abertura de Tomada de Contas Especial e inspeções, em face das seguintes inconformidades:

1. Ausência de registro da despesa com pessoal próprio na contabilidade da Entidade, em desatendimento ao art. 89, da Lei Federal nº 4.320/1964;
2. Divergência entre os valores constantes no Balanço Financeiro e no Demonstrativo de Recursos Recebidos, em desatendimento ao art. 1º, caput, da Resolução TCE/AC nº 87/2013;
3. Não envio do Relatório Analítico de Bens Imóveis, em desatendimento ao art. 2º, caput, da Resolução TCE/AC nº 87/2013;
4. Divergência entre os valores constantes no Balanço Patrimonial e no Resumo de Movimentação Mensal do Almoxarifado, em desatendimento ao art. 1º, caput, da Resolução TCE/AC nº 87/2013;
5. Montante de R\$ 866,30 referente a IRRF e INSS não pagos, verificados desde a PC de 2013 da Entidade, em desatendimento ao art. 7º da Lei Federal nº 7.713/1988 e art. 168-A do Decreto-Lei nº 2.848/1940;
6. Falta de designação de fiscal do Contrato nº 78/2014, em desatendimento ao art. 67, Lei Federal nº 8.666/1993;
7. Falta de justificativa para o Terceiro Aditivo ao Contrato nº 016/2014, em desatendimento ao art. 57, § 2º, Lei Federal nº 8.666/1993;
8. Falta de justificativa para o Quarto Aditivo ao Contrato nº 094/2013, em desatendimento ao art. 57, § 2º, Lei Federal nº 8.666/1993;
9. Despesas de Exercícios Anteriores não processadas corretamente, em desatendimento à Instrução Normativa PGE nº 001/2010;
10. Divergência entre os empenhos encaminhados e o Demonstrativo de Obras Contratadas, em desatendimento ao art. 1º, caput, da Resolução TCE/AC nº 87/2013;

11. Divergência entre as informações contidas no Demonstrativo das Diárias e empenhos encaminhados, em desatendimento ao art. 1º, caput, da Resolução TCE/AC nº 87/2013;
12. Despesa paga com o cheque nº 850507, no montante de R\$ 4.743,31, no âmbito do Convênio nº 01/2016, em desatendimento ao art. 47, inciso I, do Decreto Estadual nº 3.024/2011 e;
13. Pagamento indevido de taxas bancárias no montante de R\$ 496,15, no âmbito do Convênio nº 01/2016, em desatendimento ao art. 35, inciso VII, do Decreto Estadual nº 3.024/2011.

O Ministério Público Especial, por meio de Pronunciamento, opinou pela irregularidade das contas em análise, com fulcro na alínea “b”, do inciso III, do artigo 51 da LCE nº 38/1993, com imposição de débito de R\$ 496,15 (quatrocentos e noventa e seis reais e quinze centavos) e acréscimos legais em relação ao gasto apurado como indevido com taxas bancárias, no âmbito do Convênio nº 01/2016 acompanhando as demais proposições da instrução.

Em face do exposto e seguindo as conclusões da DAFO/3ª IGCE e do MPE, exceto em relação a imputação de débito do valor acima indicado, que deixo de determinar a devolução em face de se caracterizar como de baixa materialidade ou de pequena monta, a teor da pacífica jurisprudência desse Tribunal sobre a matéria, **voto:**

1. Pela **Irregularidade** das Contas da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM, exercício financeiro e orçamentário de 2016, de responsabilidade da Senhora **Karla Kristina Oliveira Martins**, Diretora-Presidente no período, com fundamento nas alíneas “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em face das irregularidades descritas nos itens 1 a 13, deste voto;
2. Pela **aplicação de multa** à Senhora **Karla Kristina Oliveira Martins**, Diretora-Presidente da FEM no período, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 14.280,00** (quatorze mil duzentos e oitenta reais), em decorrência das inúmeras falhas apuradas, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias**

para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Estado do Acre, de tudo dando ciência a esse Tribunal de Contas;

3. Pela **aplicação de multa** à Senhora **Gabriela Silva de Souza**, responsável contábil da FEM no período, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), em decorrência das graves infringências às normas legais descritas nos itens 2 e 3 deste Voto, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Estado do Acre, de tudo dando ciência a esse Tribunal de Contas;

4. Pela **aplicação de multa** à Senhora **Maria Auxiliadora Vasconcelos Silva**, responsável pelo Controle Interno da FEM no período, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), em decorrência das graves infringências às normas legais descritas nos itens 2 e 3 deste Voto, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Estado do Acre, de tudo dando ciência a esse Tribunal de Contas;

5. Pela **aplicação de multa** à Senhora **Hellem Cristina Barroso Lima**, responsável contábil da FEM no período, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), em decorrência da grave infringência à norma legal descrita no item 1 do Voto, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Estado do Acre, de tudo dando ciência a esse Tribunal de Contas;

6. Pela **notificação** do atual ocupante do cargo de Diretor-Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM, para que instaure imediatamente **Tomada de Contas Especial** para apuração dos fatos e identificação dos responsáveis das ocorrências relatadas nos **itens 12 e 13** deste Voto, devendo ser encaminhado a este Tribunal **no prazo de 90 (noventa) dias** o resultado da apuração, sob pena de responsabilidade solidária, nos termos do artigo 44, caput e §1º, da LCE nº 38/1993;

7. Pela **abertura de processos autônomos** para apurar a legalidade e regularidade das execuções dos Contratos nºs. **78/2014**, da FEM e quem tem como

objeto a locação do imóvel denominado “Casa Chico Mendes”, situado no Município de Xapuri/AC, conforme exposto no item 2.8, do Relatório Técnico (fl. 10.208); **65/2014**, da FEM e que tem como objeto serviços de reforma do Museu e Memorial José Augusto e Teatro José de Alencar, localizados no Município de Cruzeiro do Sul/AC, conforme exposto no item 2.11, do Relatório Técnico (fl. 10.210) e; **27/2014** da FEM e que tem como objeto a locação de um imóvel para funcionamento da Casa da Leitura da Gameleira, no Município de Rio Branco/AC, conforme exposto no item 2.11 do Relatório Técnico (fl. 10.210);

8. Para dar **conhecimento** dos fatos apurados ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, à Assembleia Legislativa do Estado do Acre e ao Ministério Público do Estado do Acre para as providências que entenderem cabíveis;

9. Pelo **arquivamento dos autos** quanto ao dano apurado de baixa materialidade/pequena monta, com base nos princípios da razoabilidade, do devido processo legal, da eficiência, e considerando, ainda, a racionalização administrativa e a economia processual. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** integral dos autos.

É como voto.

Rio Branco – Acre, 09 de julho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator